

CAPES como Projeto de Estado

Abílio Baeta Neves

Com grande prazer aceitei o convite que me foi feito pela SBPC para participar desse painel. Em meio a tantas incertezas com relação à política de Ciência e Tecnologia, num momento em que instrumentos importantes de política mostram-se enfraquecidos, sobressai o significado da CAPES. Esta agência foi continuamente fortalecida e mostra-se, hoje, central para o crescimento e consolidação de nossa infra-estrutura acadêmica de pesquisa. Todos sabem que a infra-estrutura de pesquisa acadêmica é a base de toda a pesquisa científica e tecnológica nacional. Nos últimos dez anos, a CAPES viu seu orçamento enormemente fortalecido e suas responsabilidades ampliadas.

Este é o pano de fundo que consideramos importante para refletir sobre o que o tema desse painel nos propõe.

Começamos com uma definição simples do que se entende como Projeto de Estado.

Projeto de Estado é um projeto que não está sujeito às variações das vontades partidárias e às preferências de governos isolados. É um projeto que visa a dimensões essenciais para o desenvolvimento do país e, por isso, deve ser perseguido com estabilidade de objetivos e segurança de meios. Isto não significa que um projeto de estado não possa sofrer adaptações e correção de curso.

Tendo essa definição como referência, como analisar a CAPES? Sua missão – formar recursos humanos e qualificar a educação nacional - é essencial para o desenvolvimento sustentável do país e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Sua missão é permanente e evolui em função de seu próprio sucesso e das transformações do nosso sistema educacional e das demandas do país.

Como a CAPES tem feito seu trabalho? Ela reflete um Projeto de Estado? Em certo sentido, a CAPES reflete o que nós temos de mais próximo a um Projeto de Estado. A construção desse perfil é fruto de uma virtuosa combinação de fatores.

Temos que considerar, neste contexto, entre outros os seguintes fatores: o fato de que a CAPES integra a estrutura do MEC com um enorme orçamento; a continuidade administrativa; a preocupação com o planejamento de médio e longo prazo; a longa duração da gestão de vários de seus dirigentes; a enorme legitimidade de suas ações; as peculiaridades da formação de nossa pós-graduação e o trabalho das entidades que a representam; o papel das Pró-Reitorias de Pós-Graduação e, mais recentemente, a

ampliação de sua missão com a incorporação de responsabilidades com relação ao ensino básico.

O MEC dá cobertura ao trabalho da CAPES e enseja condições para o fortalecimento contínuo de seu orçamento.

Este perfil de funcionamento é imune a riscos? Onde estão os perigos? Como evitá-los?

Há riscos quando se pretende implantar políticas de ciência e tecnologia com prioridades estreitas ou demasiadamente focadas na racionalização de estruturas e investimentos. Não devemos esquecer que a CAPES foi extinta no início do governo Collor em nome da racionalização de custos e de instrumentos de ação do estado. Somente a mobilização da comunidade capitaneada pela SBPC e pelo Forum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação conseguiu reconstruir a CAPES e dar-lhe um novo status.

Há um risco, igualmente, nas propostas de fusão do MEC com o MCTI, da CAPES com o CNPq e mesmo na excessiva concentração do foco da política de ciência e tecnologia no tema da inovação. Da noite para o dia parece possível converter o país, suas instituições educacionais e de pesquisa em grandes laboratórios forjadores de avanços contínuos na inovação. Tudo o mais se torna secundário.

A gestão do Professor Jorge Guimarães nestes dez anos de mandato à frente da CAPES logrou avanços inquestionáveis e fortaleceu a legitimação da agência junto à comunidade universitária e de pesquisa e, em geral, junto à sociedade.

Uma proteção natural para a CAPES vem do fato de que há um amplo reconhecimento na sociedade da importância da formação de recursos humanos para o país. A concessão de bolsas é vista como recurso fundamental. O programa Ciências sem Fronteiras e a enorme ampliação do número de bolsas em programas destinados aos estudantes pobres reforçaram essa visão. O recente comprometimento da CAPES com a educação básica também ampliou sua base de legitimação, pois a colocou no centro do debate mais essencial quando se procura construir as bases do desenvolvimento verdadeiramente sustentável do país.

Foram dez anos de grandes realizações e de afirmação constante da importância da CAPES como parceira na qualificação de recursos humanos em todas as áreas carentes do país. A CAPES voltou a se oferecer ao governo e ao país com o mesmo espírito de seu fundador, Anísio Teixeira, o de uma campanha nacional corajosa e engajada para arrancar o país do atraso num clima de democracia e respeito aos direitos humanos.